A Política de Comunicação como fator de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares [1]

Rozinaldo Antonio Miani [2]
Ludmilla Andrade Fregonesi [3]
Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)

Resumo
O presente artigo tem como objetivo apresentar um relato parcial das discussões realizadas no interior do projeto de pesquisa intitulado "A comunicação popular nos movimentos sociais organizados: as práticas comunicativas no âmbito da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional de Londrina", cadastrado na Universidade Estadual de Londrina, particularmente no que se refere ao desenvolvimento do conceito de Política de Comunicação. A complexificação das formas de organização social, em tempos de mundialização do capital, e a ampliação do poder da comunicação nas sociedades atuais exigem dos movimentos sociais e populares maior atenção para as práticas comunicativas como fator de organização e mobilização, materializadas através de uma Política de Comunicação, o que infelizmente configura um paradoxo a ser superado.

Palavras-chave
Política de comunicação; comunicação popular; movimentos sociais; movimentos populares

1 - Introdução

O reconhecimento da importância do papel desempenhado pela comunicação nos processos de organização e mobilização dos movimentos sociais e populares, principalmente pelo que ela representa nas sociedades atuais, é o pressuposto básico para a elaboração de uma Política de Comunicação. Não pairam dúvidas a respeito do relevo atribuído à comunicação pelas lideranças políticas das mais diversas organizações sociais.

---

[1] Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação para a Cidadania.
[2] Rozinaldo Antonio Miani - rmiani@uel.br - Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo e História. Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da UEL e do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (CNPq).
[3] Ludmilla Andrade Fregonesi - ludandradef@hotmail.com - Graduanda em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista de Iniciação Científica e integrante do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular.

No entanto, quando o assunto é pautar a comunicação na dinâmica organizativa do movimento social e popular, com vistas ao estabelecimento de uma Política de Comunicação efetiva, e mesmo investir esforços e recursos para a realização de produções comunicativas, temos verificado que a disposição e a convicção não são as mesmas. Constantemente, a comunicação acontece de maneira espontânea podendo, inclusive, comprometer a conquista dos objetivos propostos pelas mais diversas ações políticas dos movimentos.

Essa realidade se apresenta ainda mais complicada se considerarmos que a própria definição e natureza dos movimentos sociais e populares hoje é bastante difícil e mesmo controversa. A institucionalização das organizações sociais se tornou a meta principal da grande maioria dos atores sociais, preocupados que estão em viabilizar fontes de financiamento para suas ações.

Compreender em que medida a elaboração de uma Política de Comunicação por parte de um movimento social e popular se faz necessária e possível nesse contexto, e também compreender a sua própria definição, são os objetivos perseguidos com este artigo.

2 - Apontamentos sobre a história e o conceito de movimentos sociais e populares

Os movimentos sociais e populares no Brasil se converteram ao longo do último quartel do século XX em um objeto de estudo de grande interesse e relevância por parte de estudiosos de várias áreas do conhecimento. O impacto de suas ações no cenário nacional, em tempos de luta pela redemocratização, foi assumidamente reconhecido como fundamental para a derrocada do regime militar instituído com o Golpe de 1964.

Esses movimentos tiveram importante participação nas lutas e conflitos que ocorreram nas décadas de 1970 e 1980. Frente às desigualdades sociais decorrentes do capitalismo, eles se mostraram exemplos da capacidade de organização e mobilização da sociedade em favor da melhoria da qualidade de vida e da garantia de acesso à saúde, educação, terra, moradia, entre outros direitos do cidadão. Como descrito por Regina Festa, os movimentos sociais "têm origem nas contradições sociais que levam parcelas

ou toda uma população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe no poder". (FESTA, 1986, p. 11)

Com o Ato Institucional nº 5, promulgado em dezembro de 1968, a repressão, tanto pela censura quanto pela força física, proporcionou um terreno fértil para o desenvolvimento dos movimentos de resistência, compostos por pessoas marginalizadas e insatisfeitas com o regime militar. Foram criadas, a partir desse contexto, organizações e instituições em defesa de várias causas sociais, como por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Esses e outros exemplos de organizações da sociedade civil constituíram o universo dos chamados movimentos populares, de natureza classista, comprometidos com uma efetiva proposta de transformação radical das estruturas sociais e econômicas. Por movimento popular entendemos tratar-se de movimentos que tenham nas classes sociais subalternas, ou seja, nos setores explorados, dominados e oprimidos da sociedade, seu sujeito e sua base de constituição. Apesar disso, já alertava Euclides André Mance que "tais movimentos, entretanto, podem ter um cunho conservador ou revolucionário, dependendo de sua concepção e prática adotadas para a conquista de seus interesses que podem ser apenas imediatos ou mais estratégicos". (MANCE, 1991, p. 3)

Eder Sader, em seu livro *Quando novos personagens entraram em cena*, teoriza sobre o surgimento dos movimentos de resistência tomando como exemplo as lutas sociais e sindicais que ocorreram na Grande São Paulo a partir da década de 1970. Nesse momento da história brasileira, segundo o autor,

> Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade. (SADER, 1988, p. 60)

Na segunda metade da década de 1980 o movimento pela Constituinte conseguiu mobilizar diferentes setores da sociedade civil como resultado da pressão

gerada pelos movimentos até então e pela necessidade de "alteração do corpo institucional de sustentação jurídica do país [...] independente da alteração do regime político" (GOHN, 2001, p. 137). Para Maria da Glória Gohn, tal movimento representou uma vitória do povo, pois, "a Constituição promulgada em outubro de 1988 demarcou em leis várias conquistas sociais que foram bandeiras de movimentos sociais". (GOHN, 2001, p. 137)

Durante a década de 1990 vimos ocorrer um acirramento da crise econômica e um desencantamento, principalmente por parte das lideranças e das bases dos movimentos populares, em razão da atuação dos governos eleitos, especialmente a experiência desastrosa do governo de Fernando Collor de Mello e sua política neoliberal. Isso provocou uma desmobilização e uma descrença nos movimentos sociais e populares no início da década de 1990 e fez emergir um "novo" modelo de movimento social. Para Gohn,

> Os anos 90 redefiniram novamente o cenário das lutas sociais no Brasil [...]. Os movimentos sociais populares dos anos 70/80 se alteram substancialmente. Alguns entram em crise: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Surgem novos movimentos sociais, centrados mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana. [...] Criam-se movimentos nacionais a partir de instituições e organizações de espectro plural, ou de figuras carismáticas, como o caso de Betinho na Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria a pela Vida. (GOHN, 2001, p. 128)

O Movimento pela Ética na Política e o Movimento dos Caras-Pintadas em 1992; a criação dos movimentos ecológicos a partir do mesmo ano; a criação do Movimento Ação da Cidadania, Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida em 1993; e a fundação do Movimento Viva Rio foram importantes exemplos dos movimentos sociais, já com uma nova configuração, surgidos na primeira metade da década de 1990.

Entre 1995 e 2005 a prática dos movimentos sociais no Brasil consolidou uma tendência que vinha sendo manifestada desde o início da década de 1990, qual seja, a substituição de movimentos populares, de natureza classista, por movimentos sociais marcados por lutas cívicas ou cidadãs. A emergência de novos atores sociais, em especial as Organizações Não Governamentais (ONGs) que passaram a capitanear as

práticas organizacionais da sociedade civil, também teve implicação decisiva no processo de retração dos movimentos populares verificado no início do novo século.

Esse conjunto de novas formas de organização da sociedade civil, notadamente de natureza diferente daquelas que emergiram no cenário nacional no período de resistência contra a Ditadura Militar, são também, atualmente, identificadas como movimentos sociais. Nesse sentido, estabelece-se um desafio para os estudiosos do assunto, qual seja, dirimir essas questões e reelaborar os conceitos de movimento social e movimento popular para melhor compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos nessa nova ordem conjuntural no contexto da luta de classes.

Temos participado timidamente desse processo e, certamente, não tem se mostrado uma tarefa fácil. A complexidade e as ambigüidades verificadas quando de uma análise histórica sobre os movimentos sociais e populares têm levado a uma necessária observação empírica da realidade atual [4].

Dentre os muitos teóricos que desenvolveram - e continuam desenvolvendo - estudos e análises sobre os movimentos sociais no Brasil destaca-se Maria da Glória Gohn. Em uma de suas incursões sobre o tema, a autora apresentou um quadro bastante sistematizador das teorias e concepções sobre os movimentos sociais, apresentando as características dos chamados paradigmas clássicos e contemporâneos. Ao se referir aos movimentos sociais latino-americanos, Gohn apresentou uma conceituação que procurava dar materialidade às mais diversas questões apontadas para a compreensão de tais movimentos que, por ora, é nosso ponto de partida. De acordo com a autora,

> Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. (GOHN, 2000, p. 251)

[4] Para compreender melhor o contexto das atuais formas de organização da sociedade civil, particularmente no que se refere aos movimentos sociais e populares, estamos realizando um levantamento minucioso na região de abrangência da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional de Londrina, como parte do projeto de pesquisa "A comunicação popular nos movimentos sociais organizados: as práticas comunicativas no âmbito da Central de Movimentos Populares (CMP) Regional de Londrina".

3 - Por uma concepção de Política de Comunicação para os movimentos sociais e populares

A importância do estabelecimento de uma política de comunicação para os movimentos sociais e populares se deve ao fato de que a comunicação deve ser compreendida como parte do próprio projeto político da organização. Segundo Alice Mitika Koshiyama, a comunicação deve ser assumida como uma atividade central na organização dos movimentos, pois expressa visões de mundo, troca de mensagens e de valores. Afirma ainda a autora:

> As políticas de comunicação fundamentam-se em valores ético-políticos e tratam de diretrizes permanentes e não apenas de problemas episódicos. A clareza sobre os valores a serem defendidos e a definição quanto às ações concretas na transmissão e multiplicação do saber especializado são parte de uma política. (KOSHIYAMA, 1995, p. 117)

Apesar da importância estratégica da comunicação no contexto organizativo dos movimentos sociais e populares, a quase totalidade dessas organizações não dispõe de uma Política de Comunicação eficaz e eficiente para consolidar e/ou difundir seus objetivos e resultados obtidos nos processos de luta política. As práticas comunicativas até ocorrem, mas não chegam a conformar uma Política de Comunicação; são práticas esparsas, pouco articuladas e sequer chegam a desempenhar o seu papel informativo e formativo no processo de educação popular.

Por outro lado, as experiências comunicativas praticadas pelos movimentos sociais e populares, articuladas ou não enquanto Política de Comunicação, materializam a chamada comunicação popular [5], desenvolvida no contexto específico da atuação de cada um dos respectivos movimentos. A comunicação popular, por si própria, participa de maneira importante no processo de afirmação política dos objetivos estratégicos dos movimentos populares.

[5] Sobre a prática da comunicação popular Cicília Maria Krohling Peruzzo, em sua obra "Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania", apresenta alguns dos pressupostos teóricos fundamentais para a sua compreensão e indica as suas limitações e os seus aspectos positivos.

Diante desse cenário, urge refletirmos de maneira produtiva a respeito do conceito de Política de Comunicação e das circunstâncias e características da produção comunicativa dos movimentos sociais e populares verificando em que medida se estabelece uma Política de Comunicação de fato no interior dessas organizações.

As teorias que acercam o conceito de Política de Comunicação não são numerosas, mas podem apontar algumas linhas norteadoras sobre o assunto. No artigo *Políticas de Comunicação para a Universidade: uma proposta*, as autoras apontam algumas definições gerais de como a comunicação deveria ser conduzida dentro de uma organização (no caso, universitária). No entanto, pelas características apresentadas, verifica-se a possibilidade de adaptá-las à realidade de outros tipos de organização social, como os movimentos sociais.

De acordo com o referido artigo, para se formar uma Política de Comunicação é preciso "mecanismos reguladores, visando ao uso democrático dos meios de comunicação" dentro da organização, e uma "definição de responsabilidades para o uso dos meios de comunicação", bem como do estabelecimento de "mecanismos democráticos através dos quais a comunidade possa normatizar e fiscalizar permanentemente as práticas de comunicação" (AGUIAR; BULIK; KOERICH, 1988, p. 176). Tais definições possibilitam algumas indicações sobre a implantação de uma Política de Comunicação.

Além dessas características, as autoras colocam a definição de "planos setoriais de ação incrementadores das práticas editoriais" como tarefa essencial para que exista uma relação entre a comunicação e os ideais e valores da organização. Para tornar a Política de Comunicação viável, também são necessárias a "manutenção de instrumentos adequados de comunicação" e o "provimento de recursos materiais e humanos" (AGUIAR; BULIK; KOERICH, 1988, p. 177), assim garantindo o funcionamento eficaz da comunicação da organização.

Outras referências importantes para o desenvolvimento do tema podem ser encontradas no artigo *O Movimento Sem Terra e seus sistemas de comunicação*, baseado na palestra de Cácia Cortez, dirigente do movimento responsável pela comunicação à época. Nele é descrito de forma abrangente como o MST aborda a comunicação e, a partir do texto, é possível encontrar algumas diretrizes que, no seu conjunto, indicam para a Política de Comunicação praticada pelo referido movimento.

Os principais aspectos são o caráter informativo da produção comunicativa e a comunicação "no sentido de formar consciência, de construir novas interpretações" (CORTEZ, 1999, p. 135). Tal característica, a da conscientização, também é colocada como de grande importância pelo autor Massimo de Felice, ao afirmar que a forma de comunicação no movimento zapatista "se caracterizava por uma reprodução fiel de lemas e palavras de ordem, comunicados políticos, análises socioeconômicas e programas revolucionários" (FELICE, 1999, p. 161).

Além disso, os aspectos organizativo e educativo implicados na comunicação desenvolvida pelo MST também foram colocados como prioritários na sua concepção de comunicação, pois contribuem para a mobilização das pessoas em favor de determinadas reivindicações. Outra orientação apresentada por Cortez ao falar de um sistema de comunicação para o MST foi a importância da participação dos trabalhadores do movimento; para a auotra "os trabalhadores têm que ser os agentes desse processo de construção da comunicação. [...] Eles têm que também ser os produtores da informação e da comunicação, não só a fonte". (CORTEZ, 1999, p. 138)

Como tentativa de sistematização dessas reflexões, ainda parciais, sobre o conceito de Política de Comunicação no contexto das organizações sociais, arriscamos a seguinte formulação: Política de Comunicação se define por um conjunto de diretrizes políticas, de natureza permanente e orgânica, sobre a comunicação de uma determinada organização social, invariavelmente materializado por práticas e produções comunicativas planejadas e executadas de forma participativa e dentro de parâmetros de eficiência e eficácia, desempenhando papel formativo e informativo no processo de Educação Popular, com vistas à conscientização, dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente pelos objetivos estratégicos da organização.

4 - Considerações finais

Consideramos que a respeito do conceito de Política de Comunicação no contexto das organizações sociais ainda há muito que se aprofundar; outros componentes devem ser observados e analisados para atender adequadamente às contingências da realidade concreta da produção comunicativa de tais organizações. A pesquisa participante que desenvolvemos junto aos movimentos sociais e populares na

Região de Londrina/PR, definido como nosso ambiente social de análise, já revela, mesmo que de maneira preliminar, uma pluralidade de situações que devem ser consideradas, sob pena de negligenciar fatores importantes da realidade empírica no processo de conceituação.

Apesar disso, avaliamos como pertinente a decisão de apresentar nossas reflexões iniciais através desse artigo para proporcionar um espaço de debate mais amplo sobre as formulações até então desenvolvidas, além de impulsionar o interesse pelo tema ora apresentado, qual seja, Política de Comunicação.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Carly Batista; BULIK, Linda; KOERICH, Marina. Políticas de comunicação para a Universidade: uma proposta. In: GOMES, Pedro Gilberto; PIVA, Márcia Cruz (org.). **Políticas de comunicação**: participação popular. São Paulo: Paulinas, 1988, pp. 173-187.

ALVES, Alfredo. A comunicação como instrumento de educação popular. In: GOMES, Pedro Gilberto; PIVA, Márcia Cruz (org.). **Políticas de comunicação**: participação popular. São Paulo: UCBC/Paulinas, 1988, pp. 205-209.

CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES. **Políticas públicas com participação popular**. São Paulo: CMP, 2000.

CORTEZ, Cácia. O Movimento Sem Terra e seus sistemas de comunicação. In: FERREIRA, Maria Nazareth (org.). **Cultura, comunicação e movimentos sociais**. São Paulo: CELACC; ECA/USP, 1999, pp. 133-140.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FELICE, Massimo de. As armas comunicantes, o papel da comunicação nos novos movimentos revolucionários: o caso zapatista. FERREIRA, Maria Nazareth (org.). **Cultura, comunicação e movimentos sociais**. São Paulo: CELACC; ECA/USP, 1999, pp. 155-180.

FERREIRA, Maria Nazareth (org.). **Cultura, comunicação e movimentos sociais**. São Paulo: CELACC; ECA/USP, 1999.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GOMES, Pedro Gilberto; PIVA, Márcia Cruz (org.). **Políticas de comunicação**: participação popular. São Paulo: Paulinas, 1988.

KAY, Patrícia. **O desafio da comunicação nos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Abre Olho, 1999.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. A necessidade de uma política de comunicação. In: DIDONÉ, Iraci Maria; MENEZES, José Eugênio de O. (org.). **Comunicação e política**: a ação conjunta das ONGs. São Paulo: Paulinas, 1995, pp. 116-118.

LIMA, Vinício A, de. Políticas regionais de comunicação: novos atores, velhos problemas. In: MELO, José Marques de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Políticas regionais de comunicação**: os desafios do Mercosul. Londrina: INTERCOM: Ed. UEL, 1997.

MANCE, Euclides André. Eixos de luta e a Central de Movimentos Populares. **Revista de Cultura Vozes**. nº 6. Petrópolis, RJ: Vozes, nov./dez. 1991. pp. 645-671.

MANCE, Euclides André. **Algumas concepções de movimento popular**. Curitiba: Cefuria, 1991.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Comunicação popular em seus aspectos teóricos. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling (org.). **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: INTERCOM, 1995.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.